



PEDIDO DE PROVIDÊNCIAS - CONSELHEIRO 0001487-49.2011.2.00.0000

Requerente: Sindicato dos Oficiais de Justiça Avaliadores do Estado de Minas Gerais - Sindojus/mg

Requerido: Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais

Advogado(s): MG061560 - Sérgio Alves Antonoff (REQUERENTE)

SP206711 - Fábio Prado Moreno (REQUERENTE)

SP108044 - Alexandre de Moraes (REQUERENTE)

EMENTA: RECURSO ADMINISTRATIVO. PEDIDO DE PROVIDÊNCIAS. REGULAMENTAÇÃO DOS ARTIGOS 58 E 63 DA LEI COMPLEMENTAR ESTADUAL Nº 105/2008. MATÉRIA QUE NÃO SE CONHECE POR QUE JÁ APRECIADA PELO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. COISA JULGADA ADMINISTRATIVA. CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA DE OFICIAIS DE JUSTIÇA. CIRCUNSTÂNCIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO. ARTIGO 37, IX, CF E LEI ESTADUAL N.º 10.254/1990. POSSIBILIDADE. PRINCÍPIOS DA EFICIÊNCIA E CONTINUIDADE DO SERVIÇO PÚBLICO. PRAZO DE APRESENTAÇÃO DE PLANO DE TRABALHO PARA REALIZAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO.

1. É entendimento pacificado neste Conselho que, em respeito à coisa julgada administrativa, não se admite, sem fatos novos, a rediscussão de matéria já apreciada e decidida.
2. Diante de circunstância de excepcional interesse público, como na hipótese de comprovada falta de número de pessoal, de modo a comprometer a eficiência e continuidade na prestação jurisdicional, desde que haja previsão legal, é possível a admissão temporária, por tempo determinado, exclusivamente pelo lapso de necessário à realização de concurso público, de oficiais de justiça, a fim de não por em risco o cumprimento dos mandados judiciais.
3. Provimento parcial, somente para determinar que a Corte de Justiça apresente plano de trabalho visando a realização de concurso público.

RELATÓRIO

Trata-se de recurso administrativo interposto por SINDOJUS/MG – SINDICATO DOS OFICIAIS DE JUSTIÇA AVALIADORES DO ESTADO DE MINAS GERAIS em face da decisão monocrática pela qual determinei o arquivamento liminar do presente Pedido de Providências.

Na inicial, o sindicato requerente alega que o Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, no dia 29/11/2011, encaminhou à Assembleia Legislativa daquele Estado o Ofício n.º 19/2010, solicitando a retirada de pauta e a devolução do Projeto de Lei n.º 4.631/2010, que regulamenta os artigos 58 e 63 da Lei Complementar Estadual n.º 105/2008, sob o fundamento de que ainda não ocorreu o dimensionamento de impacto orçamentário.

Aduz que a recalcitrância da Corte requerida em não dar efetividade aos mencionados dispositivos da Lei Complementar Estadual n.º 105/2008, e de existir considerável *déficit* no número de Oficiais de Justiça Avaliador, em virtude da não realização de concurso público para a referida função, vem comprometendo o cumprimento dos mandados judiciais.

Afirma, ainda, que para suprir a deficiência apontada, o Tribunal de Justiça de Minas Gerais, de forma flagrantemente ilegal, vem “designando pessoas estranhas ao serviço público para exercerem as funções inerentes ao cargo de Oficial de Justiça Avaliador.”

Ao final, requer, em liminar, a determinação para que a referida Corte de Justiça exonere todos os servidores que foram nomeados de forma precária ao cargo de Oficial de Justiça Avaliador e, no mérito, que se abstenha de promover novas nomeações e encaminhe imediatamente o projeto de lei para dar efetividade aos artigos 58 e 63 da LC n.º 105/2008.

Em 31/03/2011, reservei-me para apreciar a medida cautelar após as informações do Tribunal requerido e determinei sua notificação para esse fim.

Em cumprimento, a Corte de Justiça Mineira informou, em síntese, que há provisionamento em 2011 para realização de concurso público destinado ao preenchimento de cargos de Oficial de Justiça – Especialidade Avaliador e que as nomeações a que se refere a entidade requerente foram feitas com fulcro no artigo 37, IX, da Carta da República e no artigo 10 da Lei Estadual n.º 10.254/1990.

No dia 26/04/2011 determinei que o Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais fosse novamente notificado para que, em complemento àquelas informações iniciais, esclarecesse quando pretende reenviar o projeto de lei à Assembleia Legislativa, bem como realizar o concurso público para o provimento daqueles cargos.

Na data de 28/04/2011, a entidade recorrente protocolizou embargos de declaração do despacho no qual requisitei aquelas informações complementares, requerendo que fosse retificada a menção à Resolução n.º 48/2007-CNJ, uma vez que foi revogada pela Resolução n.º 119/2010-CNJ, e houvesse pronunciamento quanto ao pedido liminar.

Em 30/04/2011, não conheci do recurso, por falta de amparo regimental.

Na mesma oportunidade, como não estavam presentes, de forma concomitante e inarredável, o *periculum in mora* e o *fumus boni juris*, indeferi o pedido liminar e determinei que o Tribunal requerido prestasse os esclarecimentos complementares requisitados no DESP25, e fizesse a juntada dos atos normativos citados no evento 8 – INF22 (INFORMAÇÃO CPROV/GERSEV/DEARHU).

Em atendimento, o Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais esclarece que o reenvio do projeto de lei e o concurso público para o provimento dos cargos de Oficial de Justiça estão na pauta de estudos e projetos administrativos da Corte, para, em breve, serem objeto de posicionamento definitivo, porque há dúvidas acerca da constitucionalidade dos artigos 58 e 63 da LC n.º 105/2008, além do incalculável impacto financeiro. E informa mais que a pretensão trazida a exame no presente procedimento já foi objeto de questionamento neste Conselho por meio dos Pedidos de Providências n.º 0001152-98.2009.2.00.0000 e 0007906-22.2010.200.0000, além de ter sido judicializada em face da impetração do MS n.º 28015 junto ao Colendo Supremo Tribunal Federal.

Após esses esclarecimentos, os autos retornaram-me conclusos para análise e, em 12/05/2011, proferi a decisão recorrida, na qual determinei o arquivamento liminar do feito, uma vez que a questão relacionada ao reenvio do projeto de lei já havia sido apreciada nos procedimentos indicados pela Corte requerida, com absoluta identidade de partes e de pedidos, além de ter sido judicializada pelo próprio sindicato requerente.

Quanto ao pedido relacionado à exoneração dos serventuários temporários, entendi que, nos moldes como pretendido na inicial, acarretaria enorme prejuízo aos jurisdicionados, uma vez que comprometeria o cumprimento dos mandados judiciais.

Considerarei, ainda, as contratações tiveram como fundamento o artigo 37, IX, da CF e o artigo 10 Lei Estadual n.º 10.254/1990, bem como que a situação estava na iminência de ser resolvida, pois, conforme relatado pelo Tribunal requerido, já havia provisionamento para realização do concurso ainda no ano corrente.

Inconformado, o sindicato requerente interpôs o presente recurso objetivando, além dos pedidos já formulados na inicial, vale dizer, que o Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais exonere imediatamente os contratados de forma precária para o exercício do cargo de Oficial de Justiça Avaliador e abstenha-se de promover novas admissões, que a Corte requerida somente dê provimento aos cargos de oficiais de justiça mediante concurso público, respeitando o que estabelece os artigos 58 e 63 da LC n.º 105/2008.

Inovando quanto aos fundamentos de seus pedidos, alega que, diferente do que restou consignado na decisão recorrida, não há identidade absoluta de partes e de pedido entre os Pedidos de Providências citados na decisão e o presente procedimento, pois os anteriormente propostos pelo requerente diziam respeito quanto à existência ou não de competência deste Conselho para determinar aos tribunais que enviassem projetos de lei para disciplinar a obrigatoriedade prevista na Resolução n.º 48/2007 – CNJ, que foi revogada pela Resolução n.º 119/2010 – CNJ, e que, no presente caso, o que se pretende é o reconhecimento de violação ao artigo 37, II, da Constituição Federal e dos artigos 58 e 63 da Lei Complementar n. 105/2008.

Aponta os três requisitos obrigatórios para que seja afastada obrigatoriedade do concurso público na contratação de pessoal, quais sejam, excepcional interesse público, temporariedade da contratação e hipóteses expressamente previstas em lei, sendo que, no seu modo de ver, no caso nenhum deles estaria presente.

No que tange à judicialização, afirma que o Mandado de Segurança n. 28015/2009 tem o fim de rever a decisão deste Conselho em relação a procedimento referente à Resolução n. 48, já revogada, sendo que, tendo em vista a aludida revogação, desistiu do referido mandamus, pois havia perdido o objeto.

Quanto à constitucionalidade dos artigos 58 e 69 da Lei Complementar n. 105/2008, sustenta que este Conselho já reconheceu a sua incompetência para realizar o controle concentrado de lei, daí por que entende que nesse ponto também mereceria reforma a decisão recorrida.

É o relatório.

VOTO

O recurso interposto pela entidade requerente é cabível na espécie e foi providenciado no prazo previsto pelo artigo 115 do RICNJ, logo merece ser conhecido.

Contudo, ressalto, prontamente, que a pretensão de reverter a decisão recorrida não se escora em fundamentos com a robustez necessária para proceder.

Com efeito, objetivando melhor esclarecer o conteúdo daquela decisão, dela reproduzo os seguintes trechos:

“O mote deste procedimento é, especialmente, compelir o Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais a encaminhar à Assembleia Legislativa o projeto de lei que visa regulamentar o que foi estabelecido pelos artigos 58 e 63 da Lei Complementar Estadual n.º 105/2008.

O primeiro dispositivo citado, possui a seguinte dicção:

Art. 58. Fica acrescentado ao Capítulo III do Título III do Livro V da Lei Complementar n.º 59, de 2001, o seguinte art. 255-A:

Art. 255-A – É requisito para a investidura em cargo de Oficial de Justiça a titularidade do grau de bacharel em Direito.

O artigo 63, por sua vez, estabelece:

‘Art. 63. Na lei que tratar do plano de carreira dos servidores do Poder Judiciário, o Tribunal de Justiça garantirá a equivalência de vencimentos dos ocupantes do cargo de que trata o art. 255-A da Lei Complementar n.º 59, de 2001, que, na data da publicação desta lei complementar, não tenham a formação acadêmica exigida.’

Ocorre que essa matéria já foi analisada pelo Conselho Nacional de Justiça nos PPs n.ºs 20080000004620^[1], 2009100000011524^[2] e 0007906-22.2010.200.0000^[3], com absoluta identidade de partes e de pedido, além de ter sido judicializada pelo próprio sindicato requerente por meio do MS n.º 28015/2009, o que, por si só, já impede o conhecimento deste procedimento.

Isso porque, de forma reiterada e pacífica, o Conselho Nacional de Justiça, entende que, em virtude da judicialização da matéria, resta inviabilizada sua apreciação no âmbito administrativo, sob pena de interferir na atividade jurisdicional dos Tribunais.

Neste sentido, cito, por todos, o seguinte precedente, da lavra do Conselheiro Felipe Locke:

‘RECURSO ADMINISTRATIVO NO PEDIDO DE PROVIDÊNCIAS. MATÉRIA JUDICIALIZADA PELA PRÓPRIA REQUERENTE POR MEIO DE MANDADO DE SEGURANÇA. Segundo entendimento pacificado por este Conselho Nacional de Justiça, uma vez judicializada a questão, não cabe ao CNJ examiná-la, sob pena de, por vias transversas, imprimir ineficácia à decisão judicial ou esvaziar seu objeto. Recurso a que se nega provimento.’ (CNJ – PP 2956 – Rel. Cons. Felipe Locke Cavalcanti – 62ª Sessão – j. 13.05.2008 – DJU 02.06.2008.

Como se não bastasse a judicialização da matéria, conforme me referi anteriormente, este Conselho já enfrentou a questão trazida, novamente, pelo sindicato requerente, que agora pretende requestrar a matéria, sem que haja nenhum fundamento novo que justifique alterar o entendimento já firmado.

Aliás, sobre essa matéria, reproduzo a ementa que encimou o acórdão proferido no bojo do PP n.º 2009100000011524, julgado em 28/04/2009:

‘EMENTA: PEDIDO DE PROVIDÊNCIAS. SINDICATO DE CLASSE. PRETENSÃO DE QUE O CNJ REGULENTE OS ARTS. 58 E 63 DA LC ESTADUAL Nº 59/2001, FIXANDO-SE PRAZO PARA O SEU CUMPRIMENTO.

INADMISSIBILIDADE. PRESERVAÇÃO DA AUTONOMIA DO PODER JUDICIÁRIO.

I) Não se admite à mesma ou outra parte reiteração de tema ou rediscussão de questão já apreciada e decidida pelo Conselho Nacional de Justiça, sem que haja fundamento novo, ou alteração da situação fática ou jurídica, com o só propósito de alterar entendimento anteriormente firmado pelo Colegiado.

II) Falece competência ao CNJ para determinar que os tribunais regulamentem disposições de Lei Complementar, considerando que tal exsurgiria como interferência na autonomia administrativa e financeira dos tribunais, assegurada pelo art. 99 da Constituição Federal, considerando que o aumento de despesas traduz questão interna corporis, na medida em que o incremento de gastos poderá não se compatibilizar com a disponibilidade de recursos, por força do orçamento-programa anual e das restrições da Lei de Responsabilidade Fiscal.’ (grifei)

Acerca da contratação de servidores temporários para o exercício da atividade de oficiais de justiça, o próprio sindicato admite que há um considerável déficit no número atualmente existente no âmbito da Corte requerida, e tais contratações, conforme se depreende das informações prestadas pelo TJMG, obedeceram ao que estabelece o artigo 37, IX, da CF e a Lei Estadual n.º 10.254/1990, que instituiu o regime jurídico único do servidor público civil do Estado de Minas Gerais.

O artigo 10 da referida lei estadual, assim dispõe:

‘Art. 10 – Para suprir **comprovada necessidade de pessoal**, poderá haver designação para o exercício de função pública, nos casos de:

.....

II – cargo vago, e **exclusivamente até o seu definitivo provimento, desde que não haja candidato aprovado em concurso público para a classe correspondente.**

§1º- a designação para o exercício da função pública de que trata este artigo somente se aplica nas hipótese de:

.....

b) Serventuários e Auxiliares de Justiça, na forma do art. 7º, parágrafo único, da Lei n.º 9.027, de 21 de novembro de 1985, e art. 7º, § 1º, da Lei n.º 9.726, de 5 de dezembro de 1988.’

Ademais, a Corte de Justiça Mineira já esclareceu que possui provisionamento para realização do concurso para 2011, estando atualmente promovendo estudos para, em breve, firmar o posicionamento definitivo quanto ao tema.

De outra banda, a exoneração dos referidos contratados, como pretende o requerente, pode acarretar enormes prejuízos aos jurisdicionados, melhor dizendo, ao povo de Minas Gerais, uma vez que, diante da carência de servidores para o exercício da função, comprometeria o cumprimento de mandados.

Ante o exposto, após as comunicações de praxe, determino o arquivamento liminar da presente Pedido de Providências, na forma do que prevê o artigo 25, X, do Regimento Interno.”

Penso que a simples leitura da decisão recorrida é suficiente para espantar qualquer dúvida acerca da desnecessidade de sua reforma, porém, em complemento, faço mais algumas considerações.

Primeiramente, como já deixei claro na decisão recorrida, a pretensão deduzida na inicial quanto ao envio do projeto de lei que visa regulamentar os artigos 58 e 63 da Lei Complementar Estadual n.º 105/2008, já foi objeto de análise neste Conselho por meio dos Pedidos de Providências n.º 20080000004620; 2009100000011524 e 0007906-22.2010.200.0000.

Na decisão recorrida fiz questão de reproduzir a ementa que encimou o acórdão proferido no bojo do Pedido de Providências n.º 2009100000011524, uma vez que, dos três procedimentos antes mencionados, este foi o único objeto de deliberação pelo Plenário deste Conselho, pois os demais foram arquivados liminarmente, **sem a interposição de recurso administrativo**.

Ocorre que o sindicato requerente afirma em seu recurso que os pedidos formulados naqueles procedimentos são diversos dos ora analisados, pois, a despeito de se pretender a regulamentação dos artigos 58 e 63 da Lei Complementar n.º 105/2008, os anteriores tiveram como causa de pedir a revogada Resolução n.º 48/2007-CNJ.

Para o melhor entendimento da questão, reproduzo o pedido formulado na inicial do PP n.º 2009100000011524:

*“Ex positis, requer o SINDOJUS/MG – SINDICATO DOS OFICIAIS DE JUSTIÇA AVALIADORES DO ESTADO DE MINAS GERAIS seja julgado procedente o presente pedido de providências para determinar que o Egrégio TJMG **regulamente os artigos 58 e 63 da Lei Complementar n.º 59/2001, alterada pela Lei Complementar n.º 105/2008**, inclusive conferindo efetividade à própria Resolução 48/2007 deste Colendo CNJ, fixando-se prazo para efetivação de tais medidas, sob as penas da lei.”* (grifei)

Do mesmo modo, o pedido formulado no PP n.º 0007906-22.2010.200.0000, **terceiro procedimento proposto**:

*“b) à vista da narrativa supra, uma vez constatado a omissão continuada do requerido em **enviar o projeto de lei que institua e garanta o disposto nos artigos 58 e 63, da Lei Complementar Estadual 105/08**, ou em se constatando a retirada arbitrária do referido projeto, se digne V. Ex^a. Em determinar que o Tribunal de Justiça de Minas Gerais suste a referida omissão, enviando imediatamente o competente projeto de lei supra de forma integral à Assembléia Legislativa de Minas Gerais, contemplando, assim, o comando inserto nos arts. 58 e 63, da Lei Complementar 105/08 (...).”* (grifei)

Vê-se das reproduções que não procede a alegação do sindicato requerente de que se tratam de pedidos diversos, motivo pelo qual, em sua ótica, não estariam amparados pela coisa julgada administrativa, isso porque, como ficou evidenciado na transcrição de ambos os pedidos, em todos os procedimentos propostos pela entidade o objetivo **era o mesmo, qual seja, o de compelir o Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais a implementar a regulamentação dos artigos 58 e 63 da Lei Complementar Estadual 105/2008**, questão essa que já fora exaustivamente batida e rebatida neste Conselho.

O fato de os pedidos anteriores terem sido propostos quando ainda estava em vigor a Resolução n.º 48/2007-CNJ, revogada pela Resolução 119/2010-CNJ, não interfere no que tange a coisa julgada administrativa, uma vez que a pretensão em todos os procedimentos, **repito**, era a mesma, isto é, **a regulamentação dos artigos 58 e 63 da LC n.º 105/2008**.

Desse modo, sem alteração no quadro fático que justificasse a modificação do posicionamento já firmado pelo Plenário do Conselho Nacional de Justiça, na oportunidade do julgamento do PP n.º 2009100000011524, entendi que não merecia ser conhecido a pretensão neste particular.

Aliás, esse também foi o entendimento do Conselheiro Marcelo Neves em sua decisão monocrática, proferida nos autos do PP n.º 0007906-22.2010.200.0000, *in verbis*:

“1. Trata-se de Pedido de Providências em que se requer a intervenção do Conselho Nacional de Justiça para garantir o encaminhamento de Projeto de Lei que institua equivalência salarial para cargo de Oficial de Justiça Avaliador, prevista em Lei Complementar do Estado de Minas Gerais.

Aduz o requerente que o Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais encaminhou o Projeto de Lei nº 4.631/2010, com previsão, em seu art. 8º, de que os cargos de Oficial de Justiça e Oficial de Justiça Avaliador passariam a exigir a formação em Direito, consoante a determinação contida no art. 58 da Lei Complementar Estadual nº 105/2008.

Em face dessa iniciativa de lei do Tribunal requerido, o Sindicato requerente atuou junto ao Legislativo estadual, logrando êxito quanto à inclusão de Emenda ao Projeto de Lei nº 4.631/2010, a qual estatuiria regra de transição para os servidores que já ocupassem tais cargos, sem, contudo, terem formação em Direito. Tal previsão teria fundamento no disposto no art. 63 da LCE 105/2008, *in verbis*:

‘Art. 63. Na lei que tratar do plano de carreira dos servidores do Poder Judiciário, o Tribunal de Justiça garantirá a equivalência de vencimentos dos ocupantes do cargo de que trata o art. 255-A da Lei Complementar nº 59, de 2001, que, na data da publicação desta lei complementar, não tenham a formação acadêmica exigida’.

Após a inclusão da referida emenda, o TJMG teria retirado o Projeto de Lei, de forma arbitrária, conforme alega o Sindicato requerente, sob o argumento de que eventual reconhecimento da equivalência salarial para os servidores traria impacto orçamentário no Tribunal; sendo que o requerente entende que não há plausibilidade neste fundamento, quando há lei regendo a matéria de forma diversa.

Informa, ainda, que a Comissão de Administração Pública da Assembleia Legislativa de Minas Gerais já havia aprovado o Projeto de Lei nº 4.631/2010 com a inclusão da Emenda nº 1.

Por fim, pede que este Conselho officie junto ao TJMG para determinar o encaminhamento do Projeto de Lei nos moldes que atendam às disposições da Lei Complementar nº 105/2008.

Em resposta, o Tribunal requerido apresenta preliminar de ilegitimidade da parte requerente, tendo em vista decisão do Ministério do Trabalho e Emprego que reconheceu apenas ao Sindicato dos Oficiais de Justiça Avaliadores do Estado de Minas Gerais - Sindojus a representação da categoria dos Oficiais Avaliadores.

Em seguida, noticia a existência de julgado desta Corte, PP nº 0001152-98.2009.2.00.0000, proposto pelo Sindojus, que trata de objeto idêntico ao do presente.

No mérito, questiona a constitucionalidade da Lei Complementar nº 105/2008, bem como refuta os argumentos do requerente, diante de suposta ofensa a princípios constitucionais que cita.

2. O presente não pode ser conhecido.

Em que pese a preliminar de ilegitimidade ativa levantada pelo requerido, a qual mereceria apreciação mais detida diante dos relevantes argumentos trazidos pelo requerente, **confirmei, em consulta ao andamento do Pedido de Providências nº 1152-98, não só a identidade de objeto entre este e aquele processo, mas também tomei conhecimento da impetração de Mandado de Segurança pelo Sindicato dos Oficiais de Justiça Avaliadores do Estado de Minas Gerais, perante o Supremo Tribunal Federal (MS nº 28015/2009, Relator Min. Carlos Ayres Britto), o qual se encontra em fase de tramitação.**

Há inúmeros precedentes desta Corte Administrativa no sentido de não se conhecer de matéria jurisdicionalizada, sob pena de esvaziamento da tutela jurisdicional, com usurpação da competência do Poder Judiciário, e, também, pela possibilidade de coexistência de decisões discrepantes, causando insegurança ao jurisdicionado.

2. Em face do insuperável óbice acima referido, **NÃO CONHEÇO** do presente e DETERMINO o **ARQUIVAMENTO** destes autos eletrônicos, tão logo sejam as partes intimadas da presente decisão.

À Secretaria Processual para providências.” (grifei)

O outro ponto enfrentado na decisão recorrida diz respeito à contratação de servidores temporários para o exercício da atividade de Oficial de Justiça Avaliadores, e, conforme deixei claro naquela decisão, a exoneração destes servidores, na forma como pretende o sindicato requerente, comprometeria sobremaneira o cumprimento dos mandados judiciais e, em consequência, acarretaria sérios danos aos jurisdicionados.

Ninguém desconhece que a regra é a insculpida no artigo 37, II, da Constituição da República, qual seja a obrigatoriedade do concurso público, porém, a própria Carta Magna, no inciso IX do mesmo dispositivo, excepciona essa regra, autorizando a **“contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público”**.

Ao meu sentir, essa é justamente a hipótese das contratações feitas pelo Tribunal requerido no que concerne aos Oficiais de Justiça, porquanto, conforme o próprio sindicato requerente admite, no Estado de Minas Gerais, há uma deficiência no número desses servidores, que acaba comprometendo o funcionamento da justiça.

O Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais informou que tais contratações tiveram como fundamento a Lei Estadual n.º 10.254/1990, que instituiu o regime jurídico único do servidor público estadual, a qual, em seu artigo 10, assim dispõe:

Art. 10 – Para suprir **comprovada necessidade de pessoal**, poderá haver designação para o exercício de função pública, nos casos de:

.....
II – cargo vago, e **exclusivamente até o seu definitivo provimento, desde que não haja candidato aprovado em concurso público para a classe correspondente.**

§1º- a designação para o exercício da função pública de que trata este artigo somente se aplica nas hipótese de:

.....
b) **Serventuários e Auxiliares de Justiça, na forma do art. 7º, parágrafo único, da Lei n.º 9.027, de 21 de novembro de 1985, e art. 7º, § 1º, da Lei n.º 9.726, de 5 de dezembro de 1988.**

(grifei).

O sindicato requerente, em seu recurso, afirma que, para o afastamento da obrigatoriedade do concurso público, são necessários 3 requisitos, a saber: excepcional interesse público, temporariedade da contratação e hipóteses expressamente previstas em lei.

Da leitura do artigo 10 da Lei n.º 10.254/1990, verifica-se que ela estabelece justamente os requisitos elencados pela entidade requerente, os quais, segundo as informações do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais foram rigorosamente observadas.

A necessidade excepcional de interesse público está consubstanciada no considerável *déficit* de oficiais de justiça no Tribunal requerido, atividade essencial à efetividade célere da jurisdição, circunstância que, conforme já me referi, e foi expressamente reconhecida pelo SINDOJUS/MG, vem comprometendo o cumprimento de mandados judiciais.

As contratações terão validade apenas enquanto não houver o definitivo provimento dos cargos, situação que está em vias de chegar a termo, pois, segundo o Tribunal de Justiça de Minas Gerais, há **provisionamento para a realização do concurso em 2011**.

De outra banda, como já mencionei anteriormente, a imediata exoneração dos oficiais de justiça temporários é medida temerária, pois, sem que existam servidores concursados para o exercício da função, os prejuízos aos jurisdicionados do Estado de Minas Gerais seriam inúmeros, pois afetaria a perfeita prestação jurisdicional, ante a impossibilidade no cumprimento adequado dos mandados judiciais, ofendendo, por esse motivo, o princípio da eficiência.

Do mesmo modo, restaria afrontado o princípio da continuidade do serviço público essencialíssimo, que impõe ao administrador o dever de não permitir a solução de continuidade na prestação do serviço, como consequência da *obrigatoriedade do desempenho da atividade administrativa*[\[1\]](#).

Nesse sentido, são as lições de Celso Antônio Bandeira de Mello[\[2\]](#):

Com efeito, uma vez que a Administração é curadora de determinados interesses que a lei define como públicos e considerando que a defesa, e prosseguimento deles, é, para ela, obrigatória, verdadeiro dever, a continuidade da atividade administrativa é princípio que se impõe e prevalece em quaisquer circunstâncias. (...).

O interesse público que à Administração incumbe zelar encontra-se acima de quaisquer outros e, para ela, tem o sentido de dever, de obrigação. Também por isso não podem as pessoas administrativas deixar de cumprir o próprio escopo, noção muito encarecida pelos autores. São obrigadas a desenvolver atividade contínua, compelidas a perseguir suas finalidades públicas.

O Colendo Supremo Tribunal Federal, na ADI nº 3.068-0[\[3\]](#), assim se pronunciou sobre o tema:

EMENTA: AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. LEI N. 10.843/04. SERVIÇO PÚBLICO. AUTARQUIA. CADE. CONTRATAÇÃO DE PESSOAL TÉCNICO POR TEMPO DETERMINADO. PRINCÍPIO DA CONTINUIDADE DA ATIVIDADE ESTATAL. CONSTITUCIONALIDADE. ART. 37, IX, DA CB/88. 1. O art. 37, IX, da Constituição do Brasil autoriza contratações, sem concurso público, desde que indispensáveis ao atendimento de necessidade temporária de excepcional interesse público, quer para o desempenho das atividades de caráter eventual, temporário ou excepcional, quer para o desempenho das atividades de caráter regular e permanente. 2. A alegada inércia da Administração não pode ser punida em detrimento do interesse público, que

ocorre quando colocado em risco o princípio da continuidade da atividade estatal. 3. Ação direta julgada improcedente. (grifei)

Em conclusão, a contratação dos oficiais de justiça temporários promovida pela Corte requerida, **apenas durante o período de estudos para realização do concurso público**, diante do comprovado *déficit* de servidores para o exercício da função, denota circunstância excepcional autorizadora, em benefício do serviço público, de modo a não sofrer solução de continuidade.

Por fim, o sindicato requerente requer a reforma da decisão monocrática no tange ao controle da constitucionalidade dos artigos 58 e 63 da Lei Complementar n.º 105/2008, **ocorre que essa questão não foi objeto de pronunciamento na decisão recorrida, uma vez que não fazia parte dos pedidos formulados na inicial e, embora referida pelo Tribunal requerido, sua apreciação não era imprescindível ao deslinde da matéria sob apreciação.**

Em outras palavras, como pode ser facilmente constatado da reprodução da decisão recorrida, a dúvida acerca da constitucionalidade da lei antedita **só foi mencionada, de passagem, pela Corte requerida em suas informações**, e, como não poderia ser de outra forma, fez parte exclusivamente do relatório e **não do meu pronunciamento decisório, pelas razões antes expostas!**

Por outro lado, ainda que assim não fosse, esta não seria a via adequada para questionar ou arguir a inconstitucionalidade, em tese, dessas disposições da lei estadual mencionada, por duas razões: a uma, porque tal questionamento somente pode ser feito através de uma das ações previstas pela Carta da República, jamais mediante pedido de providências; e, a duas, porquanto a propositura da ação própria deve ser feita perante o Colendo Supremo Tribunal Federal.

Pelo exposto, conheço do recurso, dando-lhe provimento parcial, somente para determinar que o Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais apresente, no prazo de sessenta (60) dias, plano de trabalho para a realização do concurso público de oficial de justiça, de modo a prover efetivamente as vagas existentes e na mesma medida rescindir as contratações temporárias, ficando vedada novas contratações até a realização do concurso público.

É como voto.

[1] MELLO, Celso Antônio Bandeira. **Curso de Direito Administrativo**. 25 ed. São Paulo: Malheiros, 2008, p. 81.

[2] *Idem*.

[3] STF – ADI nº 3.068-0, Relator para o acórdão, Min, Eros Grau. DJ 24/02/2006.

MILTON AUGUSTO DE BRITO NOBRE
Conselheiro

Esse Documento foi Assinado Eletronicamente por MILTON AUGUSTO DE BRITO NOBRE em 17 de Junho de 2011 às 18:41:54



Assinado eletronicamente por: **Processo Judicial Eletronico PJe 1.4.3**

30/03/2014 00:00:00

<https://www.cnj.jus.br:443/pjecnj/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam>

ID do documento: **1249188**



11070610521100000000001248480